

CNPJ 71.466.288/0001-32

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025
e 31 de Dezembro de 2024

A T I V O

(Em Reais)

Notas Explicativas31/12/202531/12/2024

Circulante

Caixa e Equivalente de Caixa

Banco C.Movimento - com restrição			900,90
Caixas, Bancos c/ Movimento		526.631,54	49.831,70
Aplicações financeiras		11.069.609,44	9.354.632,58
Total Caixa e Equivalente de Caixa	3a,b	11.596.240,98	9.404.464,28

Ativos Financeiros
Total Ativos Financeiros
Clientes

Clientes		911.783,49	914.065,66
Mensalidade Escolar		1.575.004,63	1.295.801,09
Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa		(45.504,11)	(114.551,87)
Provisão p/Créditos Liquid. Duvidosa - Mens.Escolar		(1.327.796,64)	(894.800,00)
Total Clientes	3c	1.113.487,37	1.200.514,88

Estoques:

MP, Secundário e Intermediário		268.972,06	399.303,89
Materiais de Consumo		32.266,38	33.220,42
Total Estoques	3d	301.238,44	432.524,31

Outros Créditos e Ativos Circulantes

Termo Colab- Votorantim- Recurso a Receber	7	-	-
Créditos Funcionários	3e	86.097,25	75.642,11
Adiantamentos a Fomecedores	3e	61.488,00	263.438,56
Total Outros Créditos e Ativos Circulantes		147.585,25	339.080,67

Despesas do exercício seguinte

Prêmios de Seguros a Apropriar		17.393,88	10.576,27
Despesas Antecipadas - Projetos/Outros		836.111,19	544.439,54
Total Despesas Exercício Seguinte	3f	853.505,07	555.015,81
Total do ativo circulante		14.012.057,11	11.931.599,95

Não Circulante

Realizável a Longo Prazo:

CPMF- a Recuperar		-	-
Depósitos judiciais	3g, 6	62.765.921,18	59.478.726,67
Adiantamento a Fomecedor - LP	3h,1	90.000,00	90.000,00
Clientes Acordo Escolar - LP	3c, 3h,2	2.400,00	-
Total do Realizável a Longo Prazo		62.858.321,18	59.568.726,67

Imobilizado:

Imobilizado - Voc/Obras em andamento		42.569.565,44	38.285.994,31
Imobilizado - Deemed Cost		30.361.796,77	30.361.796,77
Depreciação		(22.531.795,44)	(22.123.929,40)
Depreciação - Deemed Cost		(2.420.687,88)	(2.234.481,12)
Total do Imobilizado	3i	47.978.878,89	44.289.380,56

Intangível:

Intangível - Voc		2.540.032,73	2.521.787,77
Amortização Intangível		(2.432.263,62)	(2.398.510,87)
Total do Intangível	3i	107.769,11	123.276,90

Total do Ativo Não Circulante

		110.944.969,18	103.981.384,13
Total do ativo		124.957.026,29	115.912.984,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Contas Extra Patrimoniais
Compensação

Programas Educacionais/Assistenciais	10a	7.096.744,00	6.140.304,06
Outras Ações e Projetos Beneficentes e Assistenciais	10c	268.852,30	61.319,51
Outras Ações-Public Entidades Benef., Órgãos Públicos, Apoio Cultural, etc.	10d,e	348.735,50	581.380,40
Isenção (Imunidade) Usufruída	10h	2.559.616,84	2.430.685,10
Total do Grupo Extra Patrimonial		10.273.948,64	9.213.689,07

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025
e 31 de Dezembro de 2024

P A S S I V O

(Em Reais)

Notas Explicativas31/12/202531/12/2024

Circulante

Fomecedores		1.230.157,83	884.983,61
Obrigações/Encargos e provisões trabalhistas	3l	925.427,29	881.328,90
Obrigações tributárias e retidas de terceiros		203.393,30	150.759,10
Termo Colab - Votorantim- Recurso Proj a Realizar	7	-	-
Outras Obrigações a pagar		762.597,64	632.923,83
Adto. Clientes/Receita Futura	3k	2.425.582,82	2.488.857,61
Total do Passivo Circulante	3j	5.547.158,88	5.038.853,05

Não Circulante

Exigível a longo prazo:

Provisão para contingência	3l e 6	3.118.891,57	2.495.881,71
Total do Passivo Não Circulante		3.118.891,57	2.495.881,71

Patrimônio líquido

Patrimônio social	4	80.250.933,67	68.976.904,84
Ajustes exercícios anteriores		-	4.158.532,67
Ajustes Avaliação Patrimonial	3i e 5	30.361.796,77	30.361.796,77
(-) Realização Avaliação Patrimonial	5	(2.420.687,88)	(2.234.481,12)
Superávit do exercício	3m	8.098.933,28	7.115.496,16
Total do patrimônio líquido		116.290.975,84	108.378.249,32

Total do passivo

		124.957.026,29	115.912.984,08
--	--	----------------	----------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Contas Extra Patrimoniais
Compensação

Programas Educacionais/Assistenciais	10a,b	7.096.744,00	6.140.304,06
Outras Ações e Projetos Beneficentes e Assistenciais	10c	268.852,30	61.319,51
Outras Ações-Public Órgãos Públicos, Apoio Cultural, etc.	10d,e	348.735,50	581.380,40
Isenção (Imunidade) Usufruída	10h	2.559.616,84	2.430.685,10
Total do Grupo Extra Patrimonial		10.273.948,64	9.213.689,07

Demonstração do Resultado do Período

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 Dezembro de 2024

(Em Reais)

Notas Explicativas31/12/202531/12/2024

Educacional e Projetos Sociais

Educacional10a,b

Receitas Área Educacional10a,b

Receita Mensalidades		30.832.674,00	26.663.856,10
Receita Mensalidades c/ Gratuidade LC 187/2021		6.247.804,00	5.382.765,00
Receita Mensalidades - Outras Gratuidades		848.940,00	757.539,05
Outras Receitas Operacionais Colégio		63.945,71	41.495,19
(-) Bolsas Estudo - LC 187/2021 - Integral		(5.883.022,00)	(5.065.425,00)
(-) Bolsas Estudo - LC 187/2021 - 50%		(364.782,00)	(317.340,00)
(-) Bolsas Estudo - Outras		(848.940,00)	(757.539,06)
Total Receita Líquida Prestação Serviços Educacionais		30.896.619,71	26.705.351,28

Despesas Programa Educacional

Custo Programa Educacional		(14.276.252,08)	(12.222.406,36)
Custo c/ Material didático		(1.582.508,63)	(1.235.659,23)
Desp. Administrativas		(2.565.458,04)	(2.421.829,50)

Total do Grupo		(18.424.218,75)	(15.879.895,09)
----------------	--	-----------------	-----------------

Resultado Financeiro/Aluguéis- Programa Educacional

Receitas Aluguéis		7.742,10	7.252,60
Receitas Financeiras		51.839,39	51.413,39
Desp. Financeiras	10b	(7.741.393,17)	(6.480.702,10)
Total do Grupo		(7.681.821,79)	(6.422.036,11)

Resultado Projeto Educacional

		4.790.579,17	4.403.420,08
--	--	--------------	--------------

Doações e Subvenções Recebidas

Receita c/Restrição Termo Colab Pref. Votorantim		-	144.393,10
(-) Despesas c/Restrição Termo Colab Pref Votorantim		-	(157.501,50)
Doações Recebidas de PF		-	600,00
Total do Grupo Doações e Subvenções		-	(12.508,40)

Assessoramento, Outras Ações e Proj. Assistenciais

Doação de bens/eventos culturais	10f, g	(172.507,27)	(50.899,90)
Projeto Assessoramento Técnico/Adm.a Entidades	10c	(96.345,03)	(48.211,11)
Publicidade gratuita-Ent. Filantrópicas, Órgãos Público	10d	(75.290,89)	(57.038,97)

Total do Grupo Assess., Outras Ações e Proj.Assist.

		(344.143,19)	(156.149,98)
--	--	--------------	--------------

Total Doações e Subvenções/Assess.,Outros Projetos Assist.

		(446.658,38)	(168.658,38)
--	--	--------------	--------------

Resultado Projetos Educacionais/Assistenciais

		4.446.435,98	4.234.761,70
--	--	--------------	--------------

Atividade Meio - Comunicação

	1		
--	---	--	--

Receita Operacional

Receita de publicidade		2.995.645,07	2.921.104,66
Receita de assinaturas/Venda Avulsa/Gráfica		4.852.615,48	5.399.598,32
Receita encartes/revendas e outros		143.997,36	139.080,77
Deduções de Receitas encartes/revendas/outras		(3.805,74)	(4.359,17)

Total do Grupo		7.988.452,17	8.455.424,58
----------------	--	--------------	--------------

Custos e Despesas Operacionais

Custo da impressão do jornal		(5.762.174,45)	(5.707.075,53)
Custos venda espaço publicitário		(338.277,96)	(355.968,06)
Custos outras revendas		(111.124,12)	(94.791,84)
Despesas administrativas		(1.864.348,19)	(1.895.004,50)
Despesas comerciais		(886.622,38)	(956.239,35)
Despesas tributárias		(45.367,37)	(54.161,42)

Total do Grupo		(9.007.914,47)	(9.063.240,70)
----------------	--	----------------	----------------

Resultado antes das Receitas/Despesas Financeiras

		(1.019.462,30)	(607.816,12)
--	--	----------------	--------------

Resultado Financeiro

Juros de aplicações financeiras		1.279.773,50	790.981,45
Juros de depósitos judiciais		3.287.194,51	2.560.623,43
Outras receitas financeiras		11.303,18	12.979,29
Despesas financeiras		(269.951,84)	(263.054,85)

Total do Grupo		4.308.319,35	3.101.529,32
----------------	--	--------------	--------------

Demais Receitas e Despesas

(+/-) Resultado Outras Receitas e Despesas

Receitas de Aluguéis		174.433,49	200.814,50
Resultado na Venda do Imobilizado		3.000,00	
Imp., taxes, contr. Federais-INSS		(2.559.616,84)	(2.430.685,10)
INSS- Cota Patronal - Benefício Usufruído	10h	2.559.616,84	2.430.685,10
Total do Grupo		177.433,49	200.814,50

Resultado Atividade Meio

		3.466.290,54	2.694.527,70
--	--	--------------	--------------

(=) Superávit do exercício	3n	7.912.726,52	6.929.289,40
------------------------------	----	--------------	--------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024

	Patrimônio Social	Ajuste Exerc. Anteriores	(Em Reais) Outros Resultados Abrangentes- Aj. Aval. Patrim.	Superávit/Déficit do exercício	Total Patrimônio Social	Demonstração Resultados Abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2023	62.164.565,25	(148.700,00)	28.313.522,41	6.961.039,59	97.290.427,25	28.313.522,41
Incorporação Superávit Exercício Anterior	6.961.039,59			(6.961.039,59)		
Ajuste Exercícios Anteriores Realização Aj. Avaliação Patrimonial Superávit do Exercício	(148.700,00)	4.307.232,67	(186.206,76)		4.158.532,67	(186.206,76)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	68.976.904,84	4.158.532,67	28.127.315,65	6.929.289,40	108.378.249,32	28.127.315,65
Incorporação Superávit Exercício Anterior	6.929.289,40			(6.929.289,40)		
Realização Aj. Avaliação Patrimonial Superávit do Exercício			(186.206,76)	186.206,76		(186.206,76)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	75.906.194,24	4.158.532,67	27.941.108,89	8.098.933,28	116.290.975,84	27.941.108,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. (Notas 4 e 5)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024

(Em Reais)

Fluxos de Caixa da Atividade Operacional	31/12/2025	31/12/2024
--	------------	------------

Superávit do Exercício	7.912.726,52	6.929.289,40
------------------------	--------------	--------------

Ajuste por:

Depreciação	1.973.986,85	1.634.248,28
Provisão Devedores Duvidosos	363.948,88	213.066,75
Provisão contingências	623.009,86	(4.360.245,26)
Prov. Contingências - Ajustes Exercícios Anteriores	-	4.158.532,67
Baixa Imobilizado-Inservíveis	17.585,09	854,70
Superávit Ajustado	10.891.257,20	8.575.746,54

Variações nos ativos e passivos

Atividades Operacionais

Clientes	(279.321,37)	51.997,42
Ativos Financeiros/Outros Ativos Circulantes	191.495,42	(71.136,45)
Estoques	131.285,87	(24.155,25)
Despesas do Exercício Seguinte	(298.489,26)	63.966,19
Depósitos Judiciais	(3.287.194,51)	(2.552.403,42)
Fomecedores	345.174,22	(141.022,61)
Obrigações/Encargos e provisões trabalhistas	44.098,39	(29.511,56)
Obrigações tributárias e retidas de terceiros	52.634,20	18.034,75
Comissões/Outros a pagar	129.673,81	491.763,76
Adiantamento clientes assinaturas/Receitas futuras	(63.274,79)	390.106,38
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.857.339,18	6.773.385,75

Fluxos de Caixa - Atividades de Investimentos

Atividades Investimentos

Cooperativa Sicoob	-	1.294,29
Aquisição do Imobilizado	(5.665.562,48)	(3.287.409,58)
Baixa Imobilizado por Venda/Doação		3.342,00
Baixa depreciação Imobilizado por venda/Doação		(2.822,13)

Caixa líquido utilizado nas Atividades de Investimentos	(5.665.562,48)	(3.285.595,42)
---	----------------	----------------

Fluxos de Caixa - Atividades de Financiamentos/Empréstimos

	-	(154.452,46)
--	---	--------------

Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.191.776,70	3.333.337,87
--	--------------	--------------

Caixa e equivalentes de caixa - início de período	9.404.464,28	6.071.126,41
---	--------------	--------------

Caixa e equivalentes de caixa - final do período	11.596.240,98	9.404.464,28
--	---------------	--------------

Demonstração do Valor Adicionado (Método indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024			
	31/12/2025		31/12/2024
	(Em Reais)	%	(Em Reais)
RECEITAS	45.420.068,70		40.928.037,58
Vendas de produtos e Serviços	7.884.841,25		8.378.174,19
Provisão p/Devedores Duvidosos - Reversão/Constituição	(554.747,18)		(373.042,34)
Outras Receitas	170.556,63		118.745,59
Receitas Educação	37.929.418,00		32.804.160,15
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	19.157.693,34		16.489.290,67
Matérias-primas consumidas	1.666.549,45		1.668.300,09
Materiais, energia, serv. De terceiros e outros	17.491.143,89		14.790.990,58
VALOR ADICIONADO BRUTO	26.262.375,36		24.438.746,91
RETENÇÕES	1.987.808,23		1.635.102,98
Depreciação, amortização e exaustão	1.973.988,85		1.632.268,26
Baixas Bens/Prov Perda Ativo Imob.	13.821,38		854,70
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	24.274.567,13		22.803.643,93
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.812.276,06		3.260.061,66
Receitas Financeiras	1.342.905,96		855.374,13
Agências, receitas patrocínios e doações	182.175,59		208.067,10
Juros s/dépósitos judiciais	3.287.194,51		2.560.623,43
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	29.086.843,19		26.427.708,59
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	29.086.843,19	100	26.427.708,59
100			
Pessoal	13.688.531,88	47	13.176.257,35
Remuneração direta	11.192.865,30		10.671.800,90
Benefícios	1.445.555,63		1.506.786,66
FGTS	1.050.110,95		997.659,79
Impostos, taxas e Contribuições	125.441,20	0	118.070,84
Federais	102.631,78		96.522,28
Estaduais	3.805,74		4.359,17
Municipais	19.003,68		18.189,39
Remuneração Capitais de terceiros	3.101,43	0	3.472,50
Juros e Aluguéis	3.101,43		3.472,50
Outros - Gratuidades	7.357.042,16	25	6.196.698,50
Publicidade Consultoria-Filantropia	75.290,89		67.038,97
Projeto Educacional - Fundamental e Médio	7.063.726,15		6.140.304,06
Doações/Eventos Culturais	172.507,27		2.275,47
Projeto sociais parcerias c/outras entidades	45.517,85		
Superávit do exercício	7.912.726,52	27	6.929.289,40
26			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. (nota 9 e 10g)			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1.Contexto operacional e de atuação

A Fundação Ubaldino do Amaral é uma entidade beneficente com preponderância área educacional, atuante também na parte cultural e de assistência social, fundada em setembro de 1964, com duração indeterminada, sem fins lucrativos e tem por objetivos fundamentais a permanente investigação da verdade, o aperfeiçoamento moral, intelectual e social da humanidade, assim como a prática da filantropia social, cultural, educacional e profissional. Aplica suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais, oriundos de operações do periódico "Jornal Cruzeiro do Sul", de circulação regional, e de mensalidades escolares do Colégio Politécnico de Sorocaba, na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais sobretudo por meio do desenvolvimento da educação formal de alta qualidade e da vivência comunitária, sendo declarada de utilidade pública, nos âmbitos municipal e estadual e com registro no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social).

2.Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a Resolução No. 1.409/12 referente a ITG 2002 (R1) e levando em consideração o processo de convergência às normas internacionais – IFRS das Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1) bem como outros Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que estabelecem critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros, bem como a LC 187/2021 (Decr. 11791/23) relativa às entidades sem fins lucrativos. A administração da Instituição declara que as Demonstrações refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

3.Principais Práticas Contábeis

Reconhecimento de Receitas, Custos e Despesas

É obedecido o regime de competência de exercícios para o reconhecimento das receitas, custos e despesas do período e foram separados de acordo com sua natureza, assim demonstrados no resultado do período, e ainda combinado as seguintes práticas contábeis:

Apresentação das contas/prazo

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes. Os Ativos/Passivos indexados estão acrescidos dos encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis, observando-se a periodicidade e a taxa contratualmente previstas. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade;

a)Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a NBC-TG 03 (R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa e NBC-TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são com prazo inferior a 90 dias e estão acrescidas dos rendimentos até a data do encerramento do exercício;

Caixa e Equivalente de Caixa	dez/25	dez/24
Caixa	2.728	3.423
Bancos conta movimento	523.904	46.409
Aplicações a curto prazo	11.069.609	9.354.633
Total	11.596.241	9.404.464

b)Aplicações financeiras

Não houve aplicações superiores a 90 dias no ano de 2025. O Estatuto da entidade estabeleceu que suas rendas, recursos e superávit deve ser aplicado integralmente em território nacional e em seus objetivos estatutários sendo vedado sob qualquer hipótese distribuir seus excedentes. Dessa forma os recursos na conta de aplicações serão utilizados integralmente na execução de seus objetivos sociais, ou seja, serão utilizados em construções, reformas, aquisições de bens ou em sua atividade fim.

c)Clientes/Contas à Receber

Estão apresentadas pelo valor de realização, ajustadas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, o qual foi constituído de forma a cobrir as perdas estimadas na realização das contas a receber, dentro de critérios estabelecidos pela entidade. No caso das mensalidades escolares constam também os acordos firmados vencidos e a vencer tanto do presente exercício como de anteriores e de longo prazo;

Descrição	dez/25	dez/24
Clientes	743.244	710.349
Cartão de Crédito	168.540	203.539
Clientes Mensalidades Escolar/Cursinhos	1.575.005	1.295.801
Cheques a Receber	-	178
Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa (PCLD)	(45.504)	(114.552)
Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa (PCLD)Mens.Escolar	(1.327.797)	(894.800)
Total no Ativo Circulante	1.113.487	1.200.515
Clientes Acordo Escolar - Recebimento Longo prazo	2.400	-
Total no Ativo Não Circulante	2.400	-

d)Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem aos preços de mercado ou aos valores líquidos de realização. Não houve constituição de provisão para perdas de estoques pela alta rotatividade da MP/MS com média de estocagem inferior a 30 dias.

Descrição	dez/25	dez/24
Matéria Prima - Papel Imprensa	68.299	248.386
Demais Matérias-primas/Secundárias/Embalagem/Acabado	200.673	150.918
Material de Consumo	32.266	33.220
Total	301.238	432.524

e)Outros Ativos Circulantes

Refere-se aos valores adiantados a funcionários, sendo principal valor férias recebidas final de dezembro, e adiantamento de fornecedores, ambos com liquidação a partir janeiro/26.

f)Despesas do exercício seguinte

Composto por seguros, assinaturas, taxas, projetos e apostilas escolares, contratados e recebidos no presente exercício, cuja vigência/prestação refere-se ao período seguinte, sendo o principal valor as apostilas para alunos referente ano 2026. Para vigência superior a 360 encontra-se classificado no Ativo Não Circulante.

Ativo Não Circulante

g)Realizável a LP - Depósitos judiciais

Trata-se de depósitos judiciais para suspensão de exigibilidade crédito fazendário (exigibilidade fiscal) e outros de recursais de menor aporte realizados em processos trabalhistas, cíveis e fiscal.

Depósitos Judiciais para suspensão exigibilidade fiscal:

A partir de abril de 2004, esta Fundação optou, por liberalidade, depositar em juízo o valor mensal da cota patronal supostamente devida ao INSS (depósitos efetuados de abril/2004 a dezembro/2015), aguardando o desfecho do processo ajuizado por esta entidade, que almejava a declaração da imunidade tributária do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal c/c artigo 14, do CTN, independentemente de qualquer certificação ministerial. Neste referido processo judicial, motivado pelo indeferimento do pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) para o período de 2001 a 2003, publicado no Diário Oficial da União em 22 de abril de 2003, a Fundação logrou êxito no provimento do seu apelo ao Tribunal, tendo sido aajuída ação totalmente procedente reconhecendo a imunidade tributária e o cumprimento dos requisitos do art. 14 do CTN, desobrigando-a de qualquer cobrança retroativa ou atuação pelo INSS. A referida ação judicial favorável à entidade transitou em julgado em 12/09/2024

Segundo o parecer dos assessores jurídicos da entidade, os valores depositados judicialmente serão integralmente levantados em favor desta dentro do próximo exercício de 2026.

Demais depósitos recursais de menor valor pode ter seu equivalente devidamente provisionado no passivo a depender do parecer dos assessores jurídicos da entidade.

Descrição	dez/25	dez/24
Cota Patronal	24.462.020	24.462.020
Atualização Cota Patronal	36.672.355	33.448.261
Outros Dep. Trabalhistas/Cíveis/Fiscais	1.631.547	1.568.446
Total	62.765.921	59.478.727

h)Adiantamento a Fornecedor/Clientes Acordo Escolar – LP

h.1)Adiantamento a fornecedor: Refere-se a um adiantamento de valor ao Educandário Santo Agostinho, a fim de garantir o direito de preferência da Fundação na futura locação de imóvel de propriedade dele.

h.2)Clientes Acordo Escolar: Acordo efetuado com responsável pelo aluno para pagamento das mensalidades em atraso, em prestações a vencer em 2027.

i)Ativo Não Circulante - Imobilizado e Intangível

Imobilizado/Intangível

O imobilizado e intangível se apresenta pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação/amortização acumulada.

A depreciação/amortização é contabilizada pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e com base nas taxas de depreciação descritas no quadro de demonstrativo.

Ajuste de Avaliação Patrimonial – custo atribuído “deemed cost”

Devido a depreciação dos registros contábeis na parte de imóveis, foi reconhecido os efeitos do custo atribuído com base em relatório de avaliação elaborado em conformidade com a interpretação técnica - IPCP 10 relacionado ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27, conforme mencionado em nota explicativa nº 5. A avaliação foi efetuada pelo método comparativo direto de dados do mercado, com visitas aos imóveis e baseado nas metragens das matrículas na Prefeitura de Sorocaba (IPTU), e devidamente assinada em 27 de dezembro de 2012 pelo engenheiro responsável sendo o ajuste no valor de R\$ 32.519.016. As taxas de depreciação dos imóveis reavaliados em 2012 foram ajustadas a partir de 2013.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A Entidade através de seu gerente técnico, revisou as estimativas de vidas úteis e valores residuais de bens de seu ativo imobilizado não verificando diferenças/desvalorizações significativas que justifique ajustes no exercício, ao Valor Recuperável de Ativo conforme determina a NBC TG 01 (R3).

MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO/INTANGÍVEL E DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO TABELA/RECONCILIAÇÃO IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

RECONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL NO FIM DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025							
CONTAS – ATIVO IMOBILIZADO	Tx Média Deprec %	Saldo Líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas Líquido	Transfer.	Depreciação	Saldo Líquido em 31/12/2025
Terrenos	0%	2.624.400	1.167.716				3.792.116
Terrenos - AAP	0%	25.724.105					25.724.105
Edificações	6%	7.333.169	1.462.896	0	289.813	571.453	8.514.424
Edificações - AAP	4%	2.403.211				186.207	2.217.004
Máquinas e equipamentos	35%	420.858	43.879	0	3.731	306.072	162.396
Instalações	10%	2.794.193	638.641	8.279	220.126	403.850	3.240.830
Utens. Industriais	15%	23.277	1.326			5.248	19.354
Móveis e utensílios	15%	1.280.188	714.657	6.154		218.797	1.769.894
Equipamentos de informática (Hardware)	25%	627.084	303.769	781		214.730	715.341
Equipamentos e sistema de telefonia	20%	25.738	1.744			7.221	20.260
Benefícios em imóveis de terceiros	15%	92.642				19.852	72.790
Inmobilizações em andamento/Imp.em Contencioso		940.517	1.303.515		-513.670		1.730.362
Total		44.289.380	5.638.143	15.214	0	1.933.430	47.978.878

CONTAS – ATIVO INTANGÍVEL	Saldo Líquido em 31/12/2024	Adições	Baixas-Líquido	Transferências	Amort.	Saldo Líquido em 31/12/2025
Marcas	18.778		948		4.092	13.738
Software	83.269	27.419	2.371		35.517	72.801
Obras de arte	21.230					21.230
Intangível em andam.	0					0
Total	123.277	27.419	3.318	0	39.609	107.770
Total						
Imob+Intangível	44.412.657	5.665.562	18.533	0	1.973.039	48.086.648

j)Passivo Circulante e Não Circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

k)Adiantamentos Clientes/Receitas Futuras: Os adiantamentos de clientes referem-se a valores recebidos de assinaturas de periódicos para os quais ainda não foram entregues as devidas mercadorias e reserva de vagas (matrículas) para o próximo exercício, sendo que a devida efetivação das receitas ocorrerá dentro do exercício de 2026.

As receitas futuras são futuramente antecipados por solicitações dos clientes, devendo as mercadorias/serviços serem entregues a partir de janeiro/2026.

Descrição	dez/25	dez/24
Adiantamento Reserva Matrícula	1.630.787	1.628.585
Adiantamento Clientes - Assinaturas	695.185	739.800
Receitas Futuras	99.610	120.473
Total	2.425.583	2.488.858

l)Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. Além das provisões normais de férias e encargos com base nos direitos dos empregados, a principal estimativa relacionada às demonstrações refere-se ao registro de depreciação.

m)Provisão para contingências

A Fundação em atendimento a NBC TG 25 (R2), constituiu baseada na expectativa dos seus assessores jurídicos, provisão para contingências considerada suficiente para cobrir eventuais perdas no desfecho dos processos em andamento conforme quadro abaixo.

Descrição	dez/25	dez/24
Fiscais	1.603.612	1.520.467
Ações Trabalhistas	1.470.800	890.415
Ações Cíveis	44.480	85.000
Total	3.118.892	2.495.882

n)Apuração do resultado do período (Déficit/superávit)

A apuração é feita segundo o regime de competência e destinado à manutenção dos objetivos estatutários, sendo incorporado ao Patrimônio Social após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, dentro das regras legais e de acordo com a ITG 2002 (R1). Os efeitos da realização da avaliação patrimonial são reclassificados do superávit/déficit do exercício.

Superávit do exercício conforme DRP	7.912.727
Realização Avaliação Patrimonial - Depreciação anual	186.207
Superávit final - Patrimônio Líquido	8.098.933

4.Patrimônio Social

A Fundação sob a Fundação Ubaldino do Amaral é formado pela doação inicial das ações da “Editoria Cruzeiro do Sul S.A.”, e pelos resultados apurados nos exercícios seguintes bem como ajustes avaliação patrimonial e eventuais ajustes de exercícios anteriores.

5.Outros Resultados Abrangentes

A Entidade determinou em 2012 o custo atribuído “deemed cost” de seus imóveis com base na interpretação IPCP 10, relativamente ao CPC 27 e norma do CFC ITG 2002, o qual está suportado por relatório de avaliação devidamente assinado por engenheiro cadastrado no CREA, cujo objetivo foi o de reconhecer o valor justo dos bens, na premissa de sua realização, fundamentando-se ainda na avaliação e estimativa de vida útil.

O avaliador levou em consideração os antecedentes internos da entidade, tais como proteção dos seus ativos, a conservação, benfeitorias, documentos e seus registros e os antecedentes externos tais como localização, acabamentos e ambiente econômico da região.

Os efeitos da realização foram reclassificados de superávit ou déficit.

Os efeitos do ajuste da avaliação patrimonial resultante da determinação do custo atribuído “deemed cost”, estão refletidos contabilmente nas contas do grupo de imobilizado e patrimônio líquido.

6.Da imunidade tributária art. 150, Inc VI, alínea C, §4º e do art. 195, §7º ambos CFC/88 e c/c art. 14 CTN

Atendendo os termos do seu Estatuto e cumprindo os requisitos do art. 14 do CTN, a Fundação faz jus à imunidade tributária consoante Art. 150 Inc. VI alínea C §4º e das contribuições para segurança social, posta pela Constituição da República no seu art. 195, §7º.

A Fundação buscando resguardar o seu direito à imunidade tributária posto pela própria Constituição Federal, deliberou por ajuizar em 2004, ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária, processo nº 2004.61.10002926-2 que tramitou pela 3ª Vara da Justiça Federal, com objetivo de obter a declaração de inexistibilidade do recolhimento das contribuições previdenciárias (cota patronal) e o reconhecimento judicial da imunidade tributária às contribuições sociais.

Nesta ação ajuizada, a Fundação logrou êxito em conseguir a procedência total, reconhecendo o cumprimento dos requisitos da imunidade tributária e, assim, a inexistibilidade do recolhimento das contribuições sociais desde 2001 até 31/12/2004. Como já mencionado, houve o trânsito em

julgado favorável à entidade em 12/09/2024.

Noutro vértice, sem prejuízo do cumprimento dos requisitos legais imunizantes e do reconhecimento judicial da sua imunidade tributária às contribuições previdenciárias, a entidade obteve por força da Portaria MEC 311 de 15/10/2020 a Certidão de Entidade Beneficente (CEBAS), a qual cristaliza o cumprimento dos requisitos da imunidade tributária usufruída pela entidade, importante em reconhecimento do próprio FISCO desta condição imune. Outros pedidos de renovação do Certidão de Entidade Beneficente (CEBAS) estão aguardando análise e seus eles: 71000139340/2014-81, 23000049992/2017-25, 23000032659/2020-82 e 23000042685/2023-61

Exigências Fiscais do INSS

Foram lavrados contra a entidade autos de infração cobrando contribuições previdenciárias patronal, os quais já deviam ter sido cancelados pela RFB por força do trânsito em julgado de 12/09/2024 da ação judicial (processo nº 2004.61.10002926-2). Não existe risco de tais autos infração subsistirem. Eles devem ser julgados insubsistentes e deveriam ser baixados dentro do exercício 2025, estando a entidade aguardando para início de 2026 a efetivação da baixa. Enquanto havia a suspensão da exigibilidade do crédito, nos termos do inciso V, do art. 151 do Código Tributário Nacional, tendo em vista o teor da medida liminar e os depósitos judiciais mensais realizados, houve necessidade de, segundo os princípios contábeis, em provisionar o valor principal no montante de

R\$ 1.279.624,93 referente ao exercício de 2003, que devidamente atualizado em 31 de dezembro/2023 remetia ao montante de R\$ 4.158.532,67, e com o processo encerrado em 2024, não há de se falar em risco algum de passivo ou manutenção dos autos de infração, razão pela qual não deve haver qualquer provisionamento desse montante ou outro.

7.Receitas com Doações / Subvenções

Eventualmente a entidade pode receber doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, e para o período de janeiro a dezembro de 2025 não houve doações.

8.DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC No. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o indireto.

9.DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC No. 1.138/08 que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

10.Atividades Filantrópicas – Aplicações em Gratuidades

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas, custos e investimentos patrimoniais, respeitando os critérios estabelecidos pela LC 187/21 regulamentado pelo Decreto 11791/23, e que aqui foram considerados, e estando contabilizado de forma segregada as receitas, os custos e despesas com as gratuidades concedidas através de seus programas e projetos em consonância as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Utiliza o grupo compensado para evidencição e controle da renúncia da receita em suas gratuidades concedidas. Os valores alocados no compensado não compõem os ativos e passivos da Entidade.

No perfeito cumprimento das disposições estatutárias e no compromisso e responsabilidade com as causas sociais, a Fundação tem aplicado seus recursos de forma contínua, permanente, planejada e gratuita na educação básica, no assessoramento técnico, administrativo e financeiro, a entidades sem fins lucrativos de Sorocaba, executoras de serviços e programas da Política Municipal de Assistência Social e Educacional. Como entidade de assistência social de assessoramento – nos termos do § 2º do artigo 3º da Lei 8742/93 alterada pela 12435/2012 (e Resolução 27/2011 CNASS), é reconhecida pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS Sorocaba, com registro nº 67 de 30/04/2010. Atualmente possui CEBAS - Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social DEFERIDO nos termos da Portaria 311, publicada no dia 15 de outubro de 2020 do Diário Oficial da União para o período até 2014, estando demais períodos em análise.

EDUCAÇÃO:

a) Desde 2015 a área educacional voltou a ser a principal atividade fim da FUA através do Colégio Politécnico de Sorocaba (CNPJ 71.466.288/0019-61) atuando no Ensino Médio e Fundamental e a partir de 2018 contando também com o ensino infantil, sendo os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade o de atividades de educação ou proteção nas Políticas Públicas de Desenvolvimento (Plano Nacional de Educação - PNE) e da Lei de Diretrizes e Bases (Lei No. 9.394/96) nas quais está inserida e, como consequência, por elas regulamentadas.

As bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela entidade estão informadas no Censo da Educação Básica (EDUCACENSO), bem como mantêm controle individual dos prontuários com toda documentação e informação apresentada/prestada pelo aluno ou seu responsável, respaldando a análise socioeconômica e a concessão de bolsas integrais e parciais.

Em 2015 o ensino era totalmente gratuito e a partir do ano de 2016 a Entidade optou pelo aceite de alunos pagantes, sendo as receitas mensuradas pelo valor da vaga, da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei 9870/99) e formalizada pelo material de prestação de serviços educacionais. A entidade não cobra taxa de matrícula e nem contrato didático de seus alunos. Em 2021 a Fundação decidiu pela criação de mais uma unidade do Colégio Politécnico, junto a sua planta matriz (CNPJ 71.466.288/0001-32).

Em dezembro/2025, 1734 alunos estavam cursando educação básica, regular e presencial, sendo que destes, 303 estão enquadrados nos critérios estabelecidos da LC 187/2021, Decreto 11791/2023 e dentre eles 269 com bolsa integral e 34 parciais.

A renúncia a receita para os alunos enquadrados nos critérios

Receita Serviço Educacional	
RECEITA BRUTA EDUCACIONAL	37.993.364
Receita de Mensalidades Ensino Básico	37.929.418
Outras Receitas Operacionais	63.946
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA SERV. EDUCACIONAL	13.955.481
(-) TOTAL DEDUÇÕES DA RECEITA BOLSAS	7.096.744
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BOLSAS CFE LC 187/2021	6.247.804
Bolsas Estudos Integrais - Ensino Básico - LC 187/2021	5.883.022
Bolsas Estudos Parciais (50%) - Ensino Básico - LC 187/2021	364.782
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA DEMAIS BOLSAS CONCEDIDAS	848.940
Bolsas concedidas Convenção Coletiva - Ensino Básico	518.796
Bolsas Acadêmicas 100% - Ensino Básico	330.144
Bolsas parciais concedida por deliberação da Entidade a Bolsistas 50% LC 187/21	-
(-) DESCONTOS CONCEDIDOS	6.858.737
Descontos Concedidos Ensino Básico*	6.858.737
(=) RECEITA LIQUIDA	24.037.883

Despesas Financeiras	
Descontos Concedidos*	6.858.737
Provisão de Devedores Duvidosos	524.758
Despesas Bancárias/Comissão de cartão de crédito	71.746
Anistia Mensalidades	298.460
Recuperação de Crédito	(12.307)
Total das Despesas Financeiras	7.741.393

ASSESSORAMENTO/OUTRAS GRATUIDADES

- c)Com relação a mão de obra administrativa dispendida em assessoramento a entidades tivemos um custo de R\$ 50.827,18 e foi dimensionada dentro dos gastos com a folha de pagamento de funcionários, além de outros gastos do serviço social, contabilidade, jurídico e TI, através de apoio e confecção de relatórios e demonstrações financeiras de exigências legais, esclarecimentos referentes a novos projetos, desenvolvimento e manutenção de sites, análise de contratos e outros.
Em repasses a entidades tivemos o desembolso de 45.517,85.
- d)Como forma de uma maior contribuição e assessoramento a diversas entidades de assistência social/filantrópicas, ofertou como gratuidade publicações de balanços, assembleias, campanhas educativas e outros informes, assim como tivemos publicações de interesse público, a um custo de R\$ 75.290,89 e renúncia de receita na ordem de R\$ 345.975,50 registrado em conta compensação.
- e)Para publicações de apoio cultural houve uma renúncia de receita na ordem de R\$ 2.760,00 e está evidenciado em contas de compensação.
- f)Doações de bens e serviços somam o montante de R\$ 89.343,01 para Vila dos Velhinhos.
- g)Em eventos culturais a Fundação promoveu concurso voltado para crianças das escolas públicas de Sorocaba, e seus gastos somaram R\$ 83.164,26.
- h)O montante da isenção (imunidade) da cota patronal da previdência social (INSS) usufruída pela entidade em 2025 foi de R\$ 2.559.616,84.
- i)Os valores das gratuidades demonstrados na Distribuição do Valor Adicionado (DVA) nem sempre terão os correspondentes na Demonstração de Superávit, devido a separação dos encargos com pessoal, aluguéis, matéria prima e outros, conforme Resolução 1138/08.
- 11.Cobertura de seguros
A Fundação mantém cobertura de seguro contra incêndio, roubo e outras ocorrências, em montante considerado suficiente por sua administração para cobrir eventuais sinistros.
- 12.Eventos Subsequentes
A Administração da Fundação Ubalдино do Amaral declara que, até a data de aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram eventos subsequentes que possam impactar de maneira relevante sua posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações ou a continuidade dos negócios.

Sorocaba, 31 de dezembro de 2025.		
Hélio Sola Aro CPF. 081.788.278-24 Presidente	Alcebiades Alvarenga da Silva CPF. 142.528.308-00 Tesoureiro	Sabrina Lima dos Santos CRC-1SP274702/O-6 Contadora

"RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS"

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO UBALDINO DO AMARAL que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da

- auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 27 de fevereiro de 2026	
AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS CRC/SP 2SP 024298/O-3	
Rafael F.de Freitas Valle	Alexandre Chiaratti do
Nascimento	
Sócio de Auditoria	Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0	
CRC: 1 SP 270891/O-3	CNAI – SP – 1620
PARECER DO CONSELHO FISCAL	

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO UBALDINO DO AMARAL, tendo verificado as Contas do Superávit/Déficit do período, do Balanço Patrimonial, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, do Demonstrativo do Fluxo de Caixa e do Demonstrativo do Valor Adicionado, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e tomando como base o parecer dos auditores independentes, são de parecer favorável à sua integral aprovação.

Sorocaba, 10 de Março de 2026.	
EDUARDO CARDUM CPF. Nº 081.704.548-16	
CARLOS ALBERTO RIBEIRO CPF. Nº 230.703.748-91	
MARCELO CORTEZ CPF. Nº 070.577.208-07	

